

Nº 111, de 30 de março de 2016. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e a MLW Intermed Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits und Bildungswesens GmbH, para o financiamento do "Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará - PROMOTEC II".

Nº 112, de 30 de março de 2016. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Piauí: Crescimento Sustentável e Inclusivo".

Nº 113, de 30 de março de 2016. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Gestão Municipal de Teresina - Programa Lagoas do Norte - Etapa II".

CASA CIVIL INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 30 de março de 2016

Entidade: AR ABC CERTIFICADORA, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000126/2008-11

Acolhe-se a Nota nº 352/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado da AR ABC CERTIFICADORA vinculada à AC BR RFB, localizada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 134, salas 1209, 1210, Centro, Rio de Janeiro/RJ, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR TCA, AR TIARGA, AR ATUÁRIA, AR GANDINI e AR EXPRESSÃO
Processos nºs: 00100.000426/2005-58

Acolhem-se as Notas nºs 366, 367, 368, 369 e 370/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, que opinam pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado das ARs, vinculada à AC SINCOR, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Substituta

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3

Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Nome da AR	ENDEREÇO
AR TCA	Rua Roberto nº 42, Bairro Jardim Santana Mega, Guarulhos/SP
AR TIARGA	Rua da Liberdade, nº 135, Centro, Itaquaquecetuba/SP
AR ATUÁRIA	Rua Garibaldi, nº 2236, Bairro Alto da Boa Vista, Ribeirão Preto/SP
AR GANDINI	Avenida Dr. Octaviano Pereira Mendes, nº 338, sala 05, Centro, Itú/SP
AR EXPRESSÃO	Rua Espanha, nº 360, Bairro Jardim das Nações, Taubaté/SP

Entidade: AR BANG vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000014/2016-71

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI- 14/2016 e consoante ao Parecer 044/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR BANG, vinculada à AC SINCOR RFB, com instalação técnica situada na Rua Tenente Gomes Ribeiro, nº 57, conjunto 103, Vila Clementino, São Paulo/SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CERTIFIX vinculada à AC DIGITALSIGN e AC DIGITALSIGN RFB
Processo nº: 00100.000027/2016-40 e 00100.000038/2016-20

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI- 043/2016 e consoante aos Pareceres 024/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 049/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTIFIX, vinculada à AC DIGITALSIGN e AC DIGITALSIGN RFB, com instalação técnica situada na Rua Otávio Meyer, nº 160, sala 118, Centro, Pouso Alegre/MG, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR LEOMAR, vinculada à AC CERTISIGN JUS
Processo nº: 00100.000208/2006-02

Acolhe-se a Nota nº 365/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado da AR LEOMAR vinculada à AC CERTISIGN JUS, localizada na Avenida Comendador Teles, nº 2416, loja 1, piso 1, Vila Teles, São João do Meriti/RJ, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR CERTISIGN, vinculada à AC BR RFB e AC SINCOR RFB
Processo nº: 00100.000126/2008-11 / 00100.000306/2007-12

Acolhem-se as Notas nºs 379/2016/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU e 217/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento do pedido de credenciamento simplificado da AR CERTISIGN vinculada à AC BR RFB e AC SINCOR RFB, localizada na Avenida Anhangera, km 15,7, Jardim Platina, Osasco/SP, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR MADESEG, vinculada à AC SINCOR RFB, AC SINCOR e AC BR RFB
Processo nºs: 00100.000306/2007-12/ 00100.000426/2005-58 e 00100.000126/2008-11

Acolhe-se a Nota nº 329/2016/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, 093/2016/FML/PFE-ITI/PGF/AGU e 380/2016/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU, que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento da AR MADESEG, vinculada à AC SINCOR RFB, AC SINCOR e AC BR RFB, localizada na Rua Belém, nº 1328, Jardim Belem, 661/662, Centro, Catanduva/SP. Publique-se. Em 30 de março de 2016.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Substituto

SECRETARIA DE PORTOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria, publicada no D.O.U. Nº 57, de 24 de março de 2016, Seção 1, página 3, **onde se lê:** Define diretrizes para delimitação de espaço físico em águas públicas para instalações portuárias autorizadas ou em processo de autorização, fora da área do porto organizado, **leia-se:** Definir diretrizes para delimitação de espaço físico em águas públicas para instalações portuárias autorizadas ou em processo de autorização, fora da área do porto organizado, **onde se lê:** § 4º - O parágrafo anterior somente terá publicação se o interessado, no prazo do chamamento público, demonstrar que solicitou perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, autorização para construção, exploração ou ampliação de instalação portuária, **leia-se:** § 4º - O parágrafo anterior somente terá aplicação se o interessado, no prazo do chamamento público, demonstrar que solicitou perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, autorização para construção, exploração ou ampliação de instalação portuária, **onde se lê:** Art. 6º - Fica revogada a Portaria nº 106, de 15 de Março de 2015, **leia-se:** Art. 6º - Fica revogada a Portaria nº 106, de 15 de Março de 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 30 de março de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANTAQ nº 76, de 28 de março de 2016, na legislação de regência, e considerando o que consta do Processo nº 50300.001200/2013-04, informa que foi publicado no sítio eletrônico da ANTAQ o Comunicado Relevante nº 01, acerca do Edital do Leilão no 5/2016-ANTAQ.

LUIZ OSMAR SCARDUELLI JUNIOR

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE CNPJ Nº 34.040.345/0001-90

BALANCETE PATRIMONIAL EM: 30 DE NOVEMBRO DE 2015

ATIVO	EM R\$ 1,00
Ativo Circulante	47.490.604,29
Disponibilidades	20.857.552,91
Direitos Realiz. Exercício Seguinte	26.633.051,38
Despesas Aprop. Exercício Seguinte	27.786,64
Ativo Não Circulante	583.209.801,31
Direitos Realiz. Após Exerc. Seguinte	7.074.650,72
Investimentos	22.344,60
Imobilizado	576.104.043,59
Intangível	8.762,40
TOTAL DO ATIVO	630.700.405,60
PASSIVO	EM R\$ 1,00
Passivo Circulante	42.198.379,65
Obrigações Vencíveis Exercício Seguinte	99.441.647,55
Passivo Não Circulante	99.441.647,55
Patrimônio Líquido	489.060.378,40
Capital Social	395.737.891,10
Reservas de Capital	654.654.643,24
Correção Monetária	0,00
Crédito p/Aumento de Capital	654.654.643,24
Lucro ou Prejuízos Acumulados	(561.332.158,74)
TOTAL DO PASSIVO	630.700.405,60

FRANCISCO JOSEFRAN DE A. JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIA
Contadora CRC 3.815/RN
CPF 201.065.804-34

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 29, DE 30 DE MARÇO DE 2016

Aprova, nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, o projeto de investimento na área de infraestrutura aeroportuária, apresentado pela Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A., referente ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, o art. 24-D da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011, e considerando o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, na Portaria SAC-PR nº 18, de 23 de janeiro de 2012, e o que consta do Processo Administrativo nº 00055.002187/2015-35, resolve:

Art 1.º Aprovar, nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, o projeto de investimento na área de infraestrutura aeroportuária, apresentado pela Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A., referente ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art 2.º A Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR), a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da portaria de aprovação e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Art 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LOPES



ANEXO

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

Projeto	Construção do Pier Sul que está dentro da Fase I-B do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim.
Setor	Logística e Transporte
Razão Social	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.
CNPJ	19.726.111/0001-08.
Relação das Pessoas Jurídicas	Rio de Janeiro Aeroporto S.A. e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).
Local de Implantação do Projeto	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim - Rio de Janeiro-RJ.
Documentos Apresentados	(i) Formulário de Cadastro do Projeto Prioritário - Anexo I da Portaria SAC nº 18, de 23 de janeiro de 2012; (ii) Cópia autenticada de seu ato Constitutivo e inscrição no registro do comércio; (iii) Cópia autenticada dos Estatutos da SPE e das empresas que constituem a SPE. (iv) Quadro societário com os respectivos CNPJ's; (v) Cópia autenticada da Ata de Reunião do Conselho de Administração que elegeu seus administradores; (vi) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; (vii) Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; (viii) Certidão Negativa de Débito da ANAC; (ix) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho; (x) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF da SPE e empresas terceirizadas envolvidas no projeto; (xi) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Decisão nº 27, de 18 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2016, Seção 1, página 6, **onde se lê**: "...e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando...", **leia-se**: "...e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando...".

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 745, DE 30 DE MARÇO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.129796/2015-19, resolve:

Alterar a inscrição do aeródromo público de Sorriso/MT (SBSO) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 5 de agosto de 2025. Fica revogada a Portaria nº 2099/SIA, de 4 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2015, Seção 1, página 5.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 30 DE MARÇO DE 2016

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 746 - Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos práticos de Piloto Comercial de Avião e Voo por Instrumentos de Avião da RS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua das Missões, nº 67, térreo, Jardim Rosenthal, em Santo Ângelo (RS), CEP 98802-470. Processo nº 00065.126107/2015-17.

Nº 747 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização de funcionamento da STARFLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., situada a Avenida Presidente Antonio Carlos, 7596, em Belo Horizonte (MG), CEP 31275-083. Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos e práticos de Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Avião, Instrutor de Voo de Avião, Voo por Instrumentos, Mecânico de Manutenção Aeronáutica-Célula, Mecânico de Manutenção Aeronáutica-Grupo-Motopropulsor e Mecânico de Manutenção Aeronáutica-Aviônicos da STARFLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA. Processo nº 00065.007679/2016-89.

Nº 748 - Autorizar o funcionamento da CLIMB CENTRO DE TREINAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua Cônego Cyriaco Scaranello Pires, nº 101, Centro, em Monte Mor (SP), CEP 13190-000, para conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos para pilotos, segundo o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 142 (RBAC nº 142). Processo nº 00065.026031/2015-21.

Nº 749 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos práticos e teóricos de Piloto Privado de Avião e Instrutor de Voo de Avião e teóricos de Piloto Comercial de Avião e Voo por Instrumentos do Aeroclube de Ilhéus, situada na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes s/n - Aeroporto de Ilhéus, em Ilhéus (BA), CEP 45654-070. Processos nºs 00065.170698/2015-60 e 00065.017862/2016-92.

Nº 750 - Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos de Instrutor de Voo de Avião e Instrutor de Voo de Helicóptero da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL AIR FLIGHT, situado à Avenida Senador Júlio Leite, S/N, Aeroporto, em Aracajú (SE), CEP 49037-580. Processo nº 00065.142939/2013-19.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL 2015

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia, sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas.

A gestão da CEAGESP possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem.

A Alta Administração prosseguiu durante o ano de 2015, com os trabalhos iniciados objetivando a adequação e modernização da infraestrutura operacional e tecnológica da Companhia e para o treinamento e aperfeiçoamento do seu quadro funcional.

PORTARIAS DE 29 DE MARÇO DE 2016(*)

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Nº 734 - Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo (CST) abaixo relacionado, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aeronaves	Data
2016S03-14	Delta Engineering - EUA	ST03405NY (Instalação de um gogo 2KU Antenna).	Boeing modelo 737-800.	24.03.2016

Nº 735 - Tornar pública a emissão dos Certificados de Tipo (CTs) abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

Nº CT	Detentor do CT	Descrição	Aplicabilidade	Data
9704	International Aero Engines AG (IAE)	Emissão de Adendo do Certificado de Tipo de Motor	9704 Modelo V2531-E5	17.03.2016
2006T01	Asi Aviation	Emissão do Certificado de Tipo de Aeronave	2009T01 Modelo F406	15.03.2016

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

DINO ISHIKURA

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 60, de 30/3/2016, Seção 1, pag. 10, com incorreções no original.

Para o ano de 2016 a nova gestão da CEAGESP está desenvolvendo um plano para otimizar os processos e elevar os níveis de eficiência da Companhia. Dentre as diferentes ações estão o desenvolvimento de novas estratégias de negócios, a alavancagem das atividades de armazenagem e entrepostagem e a elevação dos níveis de sustentabilidade. Trata-se de um plano integrado com o objetivo de garantir o equilíbrio financeiro da Companhia.

A governança corporativa está em constante aprimoramento de suas atividades, buscando desenvolver mecanismos eficazes de identificação e gerenciamento de riscos, atendendo a orientações de órgãos como a CGU e o TCU, visando assegurar à CEAGESP a conformidade com as suas políticas, procedimentos e normas internas, assim como com os marcos legais a que está submetida. A adoção de medidas preventivas possibilita a antecipação de riscos e eleva cada vez mais os níveis de transparência da Companhia.

O Planejamento Estratégico da CEAGESP vem contribuindo para o crescimento de diversos setores, disseminando na Companhia a cultura de planejamento de atividades com visão a médio e longo prazos. A estratégia avalia, revê e reformula os projetos, auxiliando e aprofundando o comprometimento de todos os gestores.

No ano de 1998 a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, de acordo com o Decreto nº 2.504 de 26 de fevereiro de 1998. Implicou em depósito das ações representativas das participações acionárias no Fundo Nacional de Desestatização - FND. Permaneceu no Programa até 2015, quando foi assinado o Decreto nº 8.417, no dia 18 de março de 2015, excluindo a CEAGESP do PND, de que trata a Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997.

Receitas Operacionais

Atuando nas atividades de entrepostagem e armazenagem, as receitas operacionais brutas atingiram a importância de R\$ 99,174 milhões em 2015, representando um aumento de 9,07% em relação ao exercício anterior que foi de R\$ 90,928 milhões. Na atividade específica de armazenagem a receita operacional bruta em 2015 atingiu o valor de R\$ 35,030 milhões, contra R\$ 34,937 milhões em 2014, apresentando uma elevação de 0,27%. No que se refere à atividade exclusiva de entrepostagem, a receita operacional bruta atingiu o valor de R\$ 64,144 milhões, registrando elevação de 14,56%, em relação aos R\$ 55,991 milhões em 2014.

Armazenagem

A Companhia possui a maior rede pública de armazéns, silos (grandes depósitos, em forma de cilindro, para armazenar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel) do Estado de São Paulo e uma das maiores do Brasil.

São 18 unidades próprias interligadas à malha ferroviária, todas de fácil acesso e instaladas próximas das áreas de produção e escoamento. Essa estrutura pode estocar, simultaneamente, mais de um milhão de toneladas de produtos agrícolas. É possível também armazenar açúcar a granel e produtos embalados ou industrializados.

A Companhia conta ainda com o Serviço de Classificação Vegetal - SECLAC que tem por objetivo o controle de qualidade de produtos de origem vegetal para garantir a oferta de alimentos saudáveis ao consumidor.